



A QUESTÃO REGIONAL NO CIBERESPAÇO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NA ANÁLISE DO PRECONCEITO CONTRA A ORIGEM GEOGRÁFICA E DE LUGAR

¹**Emily Camila Batschauer** – Licenciada em Ciência Sociais e Mestranda em Desenvolvimento Regional – Universidade Regional de Blumenau (FURB)

²**Luciana Butzke** – Doutora em Sociologia Política; professora do Departamento de Ciências Humanas e da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Resumo

É perceptível que as nossas relações sociais se alteraram principalmente após a criação das mídias sociais. As mídias também auxiliam na amplificação não só das relações sociais, mas também de determinados preconceitos estruturais. Entre esses preconceitos encontram-se o preconceito contra a origem geográfica e de lugar. O presente artigo tem como objetivo relacionar a questão regional com o ciberespaço, a fim de compreender como o preconceito contra a origem geográfica e de lugar se manifesta no espaço regional e no ciberespaço. A pesquisa caminha pela discussão de como as relações no espaço concreto se espelham e se amplificam no Ciberespaço. O ciberespaço reproduz em alguma medida as escalas geográficas existentes, principalmente quando relacionado ao preconceito contra origem geográfica e de lugar. Logo, podemos considerar que as relações sociais, econômicas, políticas e culturais formam e são formadas pelo espaço concreto e pelo ciberespaço. Para tanto, é fundamental compreender o caráter social e político do espaço e as desigualdades regionais como continuamente recriadas e criadas pelo poder instituído. Cabe ressaltar que as manifestações de preconceito tendem a ser encaradas como pessoais e não como manifestação do preconceito em múltiplas escalas geográficas. Por isso a articulação com a Questão Regional se faz tão importante e urgente.

Palavras-chave: Questão Regional. Espaço. Região. Ciberespaço. Preconceito.



Introdução

Os processos e estilos de vida vêm se alterando no espaço e no tempo. Nesse caminho, em busca de uma tecnologia para vivermos e nos comunicarmos de forma mais rápida, sermos mais “produtivos”, chegamos a um novo patamar social, o mundo digital. É nele que muitas pessoas passam a maior parte do tempo. Um grande exemplo disso é exatamente este artigo, que foi digitado por um computador, vinculado diretamente a um sistema de redes que comunicam entre si.

Tais redes chegam a englobar, não somente a nossa vida profissional, mas as nossas vidas pessoais, com notícias rápidas, mensagens instantâneas, ligações, vídeo chamadas e entre tantas outras funções que esse sistema acaba nos proporcionando. Esse conjunto de redes, acaba recebendo um nome com um termo com sufixo *o ciberespaço*.

Por mais que tentemos fugir, o ciberespaço é responsável pela maior parte de nossas relações sociais na atualidade¹. É o nosso espaço de entretenimento, compras, conversas, de leitura, de informação e de construção e refletor de opiniões. Muitos desses discursos abordam desde casos de machismo, LGBTfobia, racismo, gordofobia, apoio a violência extrema. É a partir desse discurso de ódio, proveniente das mídias sociais, que se reforça o preconceito contra origem geográfica e de lugar, potencializando estereótipos e ataques diretos a determinadas regiões.

A partir dessas questões, o objetivo desse artigo é o de aproximar teoricamente a questão regional e identidade no ciberespaço, com ênfase no preconceito contra origem geográfica e de lugar. Para tanto, foi feita pesquisa bibliográfica e discussão e articulação dos conceitos (espaço, região, ciberespaço, identidade e preconceito contra origem geográfica e de lugar), visando contribuir para a qualificação da temática do ciberespaço junto ao Campo do Regional. Para tanto, o artigo está dividido em cinco seções com essa introdução. Na segunda seção são articulados os conceitos de espaço e região e, na terceira seção de espaço e ciberespaço. A quarta seção dá lugar ao tema do preconceito contra origem geográfica e de lugar e a quinta e última seção traz uma síntese da relação entre a Questão Regional no ciberespaço.

O espaço e a região

¹ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2021, o número de domicílios no Brasil com acesso à internet chegou a 90% (BRASIL; CASA CIVIL, 2022).



Para darmos início a essa seção, vamos apresentar dois termos centrais ao Campo do Regional: o espaço e a região. O termo espaço é empregado em várias áreas do conhecimento. Nesse artigo, como articulamos a Questão Regional com o ciberespaço, precisamos prestar atenção nas interfaces entre o espaço geográfico e o espaço virtual. Nessa seção a preocupação central será articular o conceito de espaço e região em uma perspectiva geográfica, considerando autores que possibilitem, mais à frente, a conversa do espaço e da região com o ciberespaço.

Em relação ao conceito de espaço, há de se reconhecer o caráter social do espaço e do tempo, efeito da ação das sociedades sobre a “natureza primeira”. O espaço que produz e é produzido, suporte dinâmico (nunca estático) das relações econômicas e sociais.

O conceito de espaço liga o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, dos continentes ou do cosmos); produção (da organização espacial própria de cada sociedade); criação (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o cenário). (LEFEBVRE, 2013, p. 126).

O espaço conecta a sociedade e é conectado por ela. Podemos considerar o espaço como uma instância social, assim como consideramos também a instância econômica e a instância cultural-ideológica.

Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. (...) Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. (SANTOS, 2008, p. 12).

O espaço geográfico surge como linguagem para interpretar a experiência social. E essa experiência social em uma sociedade capitalista “se encuentra intensamente jerarquizado, conforme a la división en razas y clases, género y etnia, diferente acceso al trabajo y a los servicios etc.” (SMITH, 2002, p. 137).

Sociedades diferentes não produzem somente o espaço de forma diferente, mas também produzem as escalas. A diferenciação de escalas geográficas é estabelecida através das interações sociais no espaço e no tempo. “A produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa.” (SMITH, 2000, p. 139). Smith (2000, p. 144) examina



algumas escalas: corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação e globo. Sem desprezar a importância dessas escalas, nesse artigo vamos nos concentrar na escala regional.

Para tanto, cabe explicitar as referências de região das quais se parte:

(...) a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais, e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 1991, p. 45-46).

Importante observar que “...a construção social e cultural da escala regional não resulta tanto de agências locais e individuais imediatas, quanto é mediada, em larga medida, por estruturas culturais, políticas e especialmente econômicas mais generalizadas.” (SMITH, 2000, p. 152). Várias formas de opressão, dentre elas, o racismo, a exploração de classe, o sexismo não acontecem apenas na escala local e regional, acontecem em escalas mais amplas e suas implicações precisam ser consideradas em todas as escalas geográficas (SMITH, 2002).

Espaço e ciberespaço

É perceptível que as relações sociais se transformaram muito nas últimas décadas. Nisso, temos um novo meio de, não apenas de nos comunicarmos, mas um novo estilo de vida baseado em tecnologia eletrônica, principalmente pautadas pelo uso dos computadores e smartphones. Para nos conectarmos a esses aparelhos, e conectar esses aparelhos entre si, temos como uma linha principal, a Internet. Nela, nos relacionamos em diversas redes sociais que nos levam para diferentes ambientes e locais que não imaginaríamos encontrar poucas décadas atrás. Todos os nossos campos da vida, desde as relações sociais, econômicas, instrutivas, políticas e até mesmo culturais, se veem mediadas pela internet. Por meio dessas relações dos espaço-virtuais, nos deparamos com um novo paradigma dentro das áreas das Ciências Sociais, o Ciberespaço.

O surgimento das relações entre as pessoas e a tecnologia eletrônica, entre a realidade e o virtual, a discussão de como as “comunidades” virtuais surgiram e como impactam a vida



doméstica, a comunidade virtual e a sociedade de rede², onde, nas relações entre o social *on-line* e *off-line*, e como isso se aplica nas relações entre as instituições sociais, no reforço da individualização e nas comunidades especializadas, determinadas pelos usuários *on-line*. A principal questão é se há possibilidade de um novo senso de comunidades virtuais ou se trata de uma nova sociedade, a sociedade de rede. Percebe-se uma melhora nas relações entre os familiares, principalmente os de maior distância física, além de trazer maior apoio em eventos culturais no espaço físicos. Porém, existe o contraponto de que há um possível aumento da individualidade a partir das comunidades especializadas (CASTELLS, 2000).

Pierre Levy (1999), nos traz a questão da cibercultura para a discussão. É nos apresentado que a cibercultura nos proporciona o universal sem a totalidade, já que ela se encontra de forma profunda com a ideia de humanidade. Ou seja, o ciberespaço não possui uma cultura universal, não somente pelo fato que a cultura está em todo o lugar, mas também é um laço social dos próprios seres humanos, sem mais a forçada distribuição cultural de uma única cultura em particular. Segundo ele, quanto mais o novo universal começa a se concretizar e se atualizar, menos provável que se torne totalizável.

Uma nova ecologia das mídias vai se organizando ao redor das bordas do ciberespaço. Posso agora enunciar seu paradoxo central: quanto mais universal (extenso, interconectado, interativo), menos totalizável. Cada conexão suplementar acrescenta ainda mais heterogeneidade, novas fontes de informação, novas linhas de fuga, a tal ponto que o sentido global se encontra cada vez menos perceptível, cada vez mais difícil de circunscrever, de fechar, de dominar. Esse universal dá acesso a um gozo do mundial, à inteligência coletiva enquanto ato da espécie. Faz com que participemos mais intensamente da humanidade viva, mas sem que isso seja contraditório, ao contrário, com a multiplicação das singularidades e a ascensão da desordem (LEVY, 1999, p.120).

Ao questionar-se do que é o universal, o autor abraça a ideia que é a presença da humanidade em si mesma, no contexto do ciberespaço³ e da cibercultura, é a presença virtual de si mesma. Já a totalidade é definida como a junção estável de um significado de pluralidade. Mesmo que o fechamento da identidade global acabe de forma complexa, emergindo diversas contradições e oscilações e resultando um desequilíbrio da vida dinâmica, a totalidade é ainda

² Para Castells (2000), a sociedade em rede é uma estrutura social na qual tem como base as redes de um sistema aberto, dinâmico e maleável. Essa maleabilidade dá a segurança e o equilíbrio para que a inovação não ameace o equilíbrio de sua estrutura.

³ Para Levy (2011), o ciberespaço é o espaço de comunicação aberta pela interconexão mundial de computadores e as suas memórias, incluindo a os sistemas de comunicação eletrônicos na transmissão de informações vindas de fontes digitais ou com destino a digitalização.



o horizonte do mesmo processo de si, enquanto a cibercultura tende a mostrar que é possível uma outra forma de “instaurar a presença virtual da humanidade em si mesma (o universal) que não seja por meio da identidade do sentido (a totalidade)” (LEVY, 1999, p.121).

Em uma conversa mais calorosa, Levy (2011) e Castells (2003), trazem uma construção da vida *online*, onde as relações comunicacionais que estruturam em uma rede que é universal, porém, não totalizável, que se apresenta tão complexa, humana e variável quanto a existência dos processos sociais e suas relações no ambiente físico do espaço. Muitos movimentos sociais e grupos minoritários conseguiram crescer para busca de direitos e políticas sociais. Porém, no mesmo caminho, os discursos de ódio vindos de uma população que se esconde por trás do anonimato ou dos múltiplos perfis, acabam por demonstrar os refletindo não somente na convivência, mas na política governamental.

No contexto mais virtual das realidades, as relações entre as discussões de cultura é a velocidade da sua reprodutibilidade da afirmação do que se entende como identidade e singularidade. A primeira, constitui na negação do outro e no fechamento para o diferente, o hostiliza, desenvolve o medo daquilo que é exterior a ele e se relacionando consigo mesmo. Enquanto o singular:

(...) existe na relação com aquilo do qual se singulariza, a singularidade é relacional, situacional e provisória. Para se afirmar singular é preciso ao mesmo tempo afirmar também aquilo em relação a que se singulariza. (...) Ser singular é afirmar-se na condição em que o outro permaneça existindo, ser idêntico é afirmar a possibilidade de que só um si mesmo pode existir, o outro deve ser definitivamente excluído como ameaça. A singularidade é abertura para a relação, a identidade é pensar a possibilidade do fim da relação. A singularidade é a afirmação do movimento, do devir, a identidade é o medo do devir, é a afirmação da estaticidade, da fixidez, da paralisia (ALBUQUERQUE JR. 2007, p.21).

Tais conceitos convergem com a questão da cibercultura apresentado por Fabián Echegaray (2003). Uma de suas conclusões é a de que os usuários da internet não se reúnem em um único grupo e não são homogêneos entre si. Para o autor, existe uma segmentação intragrupos no que diz respeito as características de uso, de limites contextuais e de conexão.

Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar



Para abrir um pouco o olhar sobre a Questão Regional é importante ampliarmos a percepção para além do seu caráter geográfico, não é apenas um conceito que utilizamos para definir os nossos recortes geográficos nos nossos trabalhos acadêmicos. É, além disso caracterizado como um conjunto complexo de processos sociais. “O problema regional tem a maior importância, na maioria dos países latino-americanos. No Brasil, é básico, pelos problemas específicos de cada região e suas implicações nos arranjos do poder estatal.” (IANNI, 1987, p. 8).

Ao focarmos mais a questão de identificação regional, temos que levar em consideração a pauta da singularidade e da identidade citadas anteriormente. Segundo Albuquerque Jr (2012), para entendermos como se estabeleceu a ideia de “povo brasileiro”, temos que voltar para a construção do Estado Nacional brasileiro, a sua formação social, econômica e política intelectual que contribuiu na formação de uma identidade cujo objetivo era consolidar e definir o povo brasileiro.

A principal influência do que o autor chama de processo civilizatório, são as produções, construções e a estrutura social da Europa, como principal influência de Portugal. Esse processo se deu em um movimento contrário dos nossos vizinhos da América Espanhola. Enquanto as colônias espanholas se revoltavam com hostilidade com a sua ex-metrópole, o Brasil apenas deu a continuidade a diligência dos portugueses. Isso, para “manter a ordem e a unidade política administrativa, linguística e religiosa de todo o território nacional” (ALBURQUEQUER JR, 2012, p.47).

O reforço dessa continuidade se deu, principalmente, com a instauração do império logo após a independência, fazendo com que fossem legitimados processos políticos, sociais e culturais de Portugal.

Não deveríamos ter em relação à metrópole qualquer ressentimento, pois esta nos teria dado até mesmo a nossa elite dirigente e o imperador que, sabiamente, dirigia o país. As identidades do Estado, da nação, bem como de suas elites são construídas como sendo continuidades do Estado, da nação e das elites portuguesas, portanto, europeias, civilizadas, aristocráticas e brancas (ALBURQUEQUER JR, 2012, p.48).

Nesse contexto, a identidade brasileira foi construída, diferente dos nossos vizinhos, a partir uma elite, colocando a singularidade do povo como algo marginalizado e inferior. Essa identidade também desconsiderou as características dos povos indígenas, quilombolas e, tudo que não vinha da Europa, era tratado como algo inferior.



Com isso, o processo de construção da identidade brasileira, o papel das elites foi conflituoso, mas contribuiu na consolidação de sua hegemonia. Aconteceram diversas disputas regionais, disputa dos discursos regionalistas e a emergência dos locais que historicamente marcam o preconceito das diferentes regiões do país e seu povo (ALBURQUERQUE JR, 2012).

O fato de termos sido a única monarquia em toda a América, o fato de termos sido o único país americano onde as elites puderam assumir ares e títulos de nobreza e se pensar como aristocracia, com a consequência de que as camadas populares serão vistas como plebe, sem nobreza e sem sangue real, marcará definitivamente a forma como nós brasileiros nos vemos, como vemos os nossos vizinhos e como estes nos veem (ALBURQUERQUE JR, 2012, p.43).

As populações originárias, os africanos e africanas escravizados, os degredados e degredadas marcam a formação de camadas populares insurgentes, rebeldes com causa e sem causa. O Irredentismo nasce do repúdio e floresce na rebeldia. E na Colônia, Império e República os donos do poder procuraram reprimir tudo o que fosse diferente da moral católica e das convenções europeias (MELLO, 2021).

No século XIX, iniciou-se a construção simbólica da nacionalidade Brasileira. É nesse momento que surge o imaginário e descrição da “identidade” brasileira e o nascimento do Brasil como Estado. Além disso, passou-se a compor um conjunto de sentidos e significados de símbolos, que se tornam visíveis da conceituação do que seria o Brasil e, também, do seu preconceito a partir de uma ideia nuclear de nação e de formação da nacionalidade (ALBURQUERQUE JR, 2012).

Para além do processo político de consolidação do Estado Nacional, as elites dirigentes também tiveram o papel de criar o que seria a nacionalidade. Isto é, a consolidação do que seria a ideia de pátria, de nação, com instituições voltadas para a definição do que seria a identidade nacional. Essas instituições contribuiriam para descrever e diferenciar o país e seu povo das demais nações e de que forma o projeto de nação deveria prosseguir. (ALBURQUERQUE JR, 2012).

Mais de cem anos duraram as lutas para sujeitar os negros dos Palmares, o que se conseguiu – não inteiramente – já o século XVII morria. E o banho de sangue emendava com a chamada Guerra dos Bárbaros, levante indígena que se espalha em cadeia por todo o Nordeste, desmanchando, nos primeiros anos de arrancos os mais furiosos, boa parte do esforço colonial de assentamento do homem na terra. Do branco adventício, bem entendido (MELLO, 2021, p. 38).



Muitos dos grupos marginalizados e inferiorizados foram sendo segregados espacialmente. Cabe ressaltar que as segregações espaciais acompanham as segregações sociais. Os locais onde determinados grupos circulam não são ambientes onde outros grupos são exatamente bem-vindos. A questão nacional no Brasil permanece em aberto:

As desigualdades sociais, regionais, raciais e culturais, que se manifestam em termos políticos e econômicos, no âmbito de grupos, classes, movimentos sociais e correntes de opinião pública, ressurgem periodicamente, como desafios. São várias as diversidades que escondem desigualdades, gerando contradições mais ou menos básicas. (IANNI, 1987, p. 11).

Temos e vivemos a geografia do medo e da exclusão, marcada pelas cercas elétricas, pelos condomínios fechados, ou seja, pelo medo do diferente, do outro. Esquecemos, por muito, que o Brasil é um país de constantes movimentos populacionais, principalmente em busca de melhores lugares para se viver. Porém, o estigma e do estereótipo vem no migrante, que são vistos como intrusos, “ladrões” de empregos que os locais não querem trabalhar, como folgados, como criminosos.

Essa ideia de marginalização do que vem de fora – mesmo sendo da sua própria nacionalidade - se dá, segundo Zarur⁴ (2003), pela parentela (nota de roda pé), que auxilia nas relações entre os sobrenomes familiares de pequenas cidades, que possuem maior facilidade e possui uma ligação mais direta a elite de grandes cidades. Coisa que migrantes mais pobres, principalmente vindos do Nordeste, não possuem uma gama tão ampla de rede de parentes. Fazendo com que a sensação daquele que vem de outro lugar pareça algo propenso a ser o errado.

A construção das identidades regionais pode ser concebida como reação a homogeneização cultural, como uma forma de salientar as diferenças culturais (OLIVEN, 2000).

A afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação à homogeneização cultural e como uma forma de salientar diferenças culturais. Esta redescoberta das diferenças e atualidade da questão da federação, numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural, sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional (OLIVEN, 2002, p. 35).

⁴ Segundo Zarur (2003), a parentela se dá pelas unidades sociais maiores que a família patriarcal convencional, caracterizado pelo nome da família.



É o Estado que transcende e integra os elementos concretos da realidade social e que delimita o quadro da identidade nacional. É através da Política que se dá a construção da identidade nacional como uma estrutura da interação entre o popular e o nacional. Isso, tendo como suporte a sociedade global como um todo (ORTIZ, 1994). Todavia a Política envolve relações de poder e é importante considerar que as desigualdades regionais são criadas e recriadas nessas relações de poder. “As desigualdades e contradições escondidas nas diversidades nacionais irrompem e revertem periodicamente a fisionomia da Nação.” (IANNI, 1987, p. 11).

A Questão Regional no ciberespaço

No desenrolar dessa discussão, acabamos por chegar na seguinte questão: como a Questão Regional e o ciberespaço se relacionam com o preconceito contra a origem geográfica e de lugar? Para responder a essa questão, sintetizamos nessa seção os apontamentos teóricos tratados ao longo do artigo.

Eles podem ser sintetizados na metáfora do espelho: o espelho concreto e o espelho virtual. O espelho concreto vem para refletir as relações reais, na concretude geográfica do mundo social. Enquanto o espelho virtual, além de refletir as relações sociais, ele é um espelho concavo, ou seja, ele também amplia as relações para além do que o concreto permite revelar.

Lévy (2011) diz que, no limiar, existe apenas um único computador, no qual é impossível traçar limites e definir o contorno, e o centro dele, existe em toda parte e a circunferência em lugar algum. É “um computador hipertextual, disperso, vivo, fervilhante, inacabado: o ciberespaço em si (LÉVY, 2011, p. 45). Com isso, o virtual reproduz o espaço concreto. O concreto espelha suas características e contradições no virtual. As relações sociais concretas e virtuais tendem a reproduzir as relações de poder existentes. As virtuais, principalmente, tendem ao isolamento, principalmente, ao isolamento em determinados grupos e em um determinado conjunto de informações. Esse isolamento pode levar a um acirramento do preconceito e do discurso de ódio⁵.

Nessas condições, em que o virtual reproduz o concreto, convém cotejar como essa reprodução se dá em diferentes conjunturas e como aspectos histórico-geográficos podem colocar em primeiro plano a Questão Regional. Para tanto, é preciso levar em consideração

⁵ Aqui, é válida a leitura de obras como: “Discurso de Ódio: Uma política do performativo” de Judith Butler (2021) e “O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil” com a organização de Esther Solano Gallego (2018).



os acontecimentos, os cenários, os atores, as relações entre a estrutura e a conjuntura na qual o concreto acaba por se relacionar (SOUZA, 1987). Com isso, entendemos como *espelho virtual* o que se refere aos aspectos regionais, pertencimento a grupos, informações de preconceito e o discurso de ódio e esses podem se acirrar ou não dependendo da conjuntura.

As manifestações de preconceito e o discurso de ódio podem ter consequências legais, já que a Lei nº 7.716, que define crimes de preconceito de raça ou de cor, em seu Artigo 1º, tipifica como crime o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (BRASIL, 1989). Mas, atualmente o acirramento do preconceito e do discurso de ódio é mais atenuante no contexto do ciberespaço pelo auxílio de um anonimato que dá uma impressão de “impunidade”, mesmo havendo diversos mecanismos de construção de provas e rastreamento que localizam o agressor ou agressora. É um ambiente na qual as relações humanas se sobressaem, trazendo as relações sociais e a própria ideia de sobrevivência em outro nível.

Na análise do preconceito contra origem geográfica e de lugar, recuperamos o conceito de espaço em sua dimensão social e o conceito de região, que se combina com as desigualdades sociais, econômicas, culturais e raciais e se relaciona com escalas geográficas mais amplas e mais restritas. A questão regional no Brasil se coloca a partir dos problemas específicos de cada região e suas implicações na escala nacional. Esses problemas ressurgem em diferentes conjunturas.

No Brasil, as desigualdades entre índios, negros e brancos são um dilema periodicamente reiterado, na história e no imaginário. O mito da democracia racial não impede que as desigualdades e os antagonismos manifestem-se por dentro e por fora das diversidades, das multiplicidades que parecem coloridas (IANNI, 1987, p. 11).

O ciberespaço reproduz o que existe no espaço concreto: a desigualdade, as diferenças, o preconceito. O ciberespaço reproduz em alguma medida as fronteiras geográficas existentes, quando relacionado ao preconceito contra origem geográfica e de lugar. Logo, podemos considerar que as relações sociais, econômicas, políticas e culturais formam e são formadas pelo espaço concreto e pelo ciberespaço. Para tanto, é fundamental compreender o caráter social e político do espaço e as desigualdades regionais (aqui se inclui as múltiplas formas de opressão e o preconceito contra origem geográfica e de lugar) como continuamente recriadas e criadas pelo poder instituído. Cabe ressaltar que as manifestações de preconceito tendem a ser encaradas como pessoais e não como manifestação do preconceito em múltiplas



escalas geográficas. Por isso a articulação com a Questão Regional se faz tão importante e urgente.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. **Teorias & políticas da cultura**, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar**: as fronteiras da discórdia. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. 136 p.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%207.716-1989?OpenDocument. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL; CASA CIVIL. **90% dos lares brasileiros já tem acesso à internet no Brasil, aponta pesquisa**. Publicado em 19/09/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/90-dos-lares-brasileiros-ja-tem-acesso-a-internet-no-brasil-aponta-pesquisa#:~:text=Isto%20%C3%A9%2C%20os%20brasileiros%20usu%C3%A1rios,em%20todos%20as%20faixas%20et%C3%A1rias>. Acesso em: 1 maio 2023.

BUTLER, Judith. **Discurso de Ódio: Uma política do performativo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021. 277 p.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 617 p.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 314 p.

ECHEGARAY, Fabián. Dimensões da cibercultura no Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, p. 20-45, 2003.

GALLEGO, Esther Solano (Org). **O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª. São Paulo: Boitempo, 2018. 113 p.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. **Estudos Avançados**, texto apresentado no Simpósio Interpretações Contemporâneas da América Latina, 24 e 25 de junho de 1987.



LEFEBVRE, Henri. Prefácio – A produção do espaço. **Estudos Avançados**, 27, 79, 2013, p. 123-132.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. 3ª ed. São Paulo Editora 34, 2011. 270 p.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Estrelas de couro: a estética do cangaço**. 4ª edição. Recife: Cepe, 2021.

OLIVEN, Ruben Oliven. Cultura Brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). P. 15-43. In: Sergio Miceli. **O que ler na ciência social brasileira**. Vol. 4. São Paulo: Editora Sumaré, 2002.

OLIVEN, Ruben George. Nação e região na identidade brasileira. In: G. de C. L. Zahur. **Região e nação na América Latina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 65-80.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 149p.

SMITH, Neil. Geografia, diferencia y las políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 127-146, jul./dez. 2002.

SMITH, Neil. Contorno de uma política especializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papyrus Editora, 2000. Cap. 7. p. 133-159. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/O%20ESPACO%20DA%20DIFERENCA%20-%20Arantes.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

SOUZA, Hebert José de. **Como se Faz Análise de Conjuntura**. 5.ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1984. 54 p.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. **Utopia Brasileira: povo e elite**. Brasília: Editorial Abaré, 2003. 183p.